

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR DA FORÇA AÉREA

2006/2007



TII

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

**AS MESSES NA FAP – ASPECTOS DE CARÁCTER
EMINENTEMENTE SOCIAL**

**António José Azevedo Botão
MAJG/TPAA**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS MESSES NA FAP – ASPECTOS DE CARÁCTER
EMINENTEMENTE SOCIAL**

MAJG/TPAA António José Azevedo Botão

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Lisboa 2007



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**AS MESSES NA FAP – ASPECTOS DE CARÁCTER
EMINENTEMENTE SOCIAL**

MAJG/TPAA António José Azevedo Botão

Trabalho de Investigação Individual do CPOS/FA

Orientador: TCOR/ADMAER Guedes Jorge

Lisboa 2007

Agradecimentos

Em primeira instância, endereço um sincero agradecimento a alguns dos meus camaradas de curso pela ajuda e disponibilidade demonstrada em todos os momentos em que a eles tive a necessidade de recorrer. Aos verdadeiros amigos pelo incentivo que me transmitiram.

Ao meu orientador TCOR/ADMAER Guedes Jorge agradeço a paciência e disponibilidade sempre demonstrada na preciosa ajuda que me prestou na elaboração deste trabalho.

À minha família pelo grande apoio prestado, com destaque, para a minha filha Ana Sofia, pela ajuda na pesquisa informática ao longo da elaboração deste trabalho, sacrificando as suas horas de estudo e lazer.

Índice

Introdução	1
1. Perspectiva histórica, evolução e princípios orientadores do Apoio Social	5
a. Evolução histórica da Manutenção Militar	7
2. Estruturas de apoio social nas Forças Armadas	9
a. Armada.....	9
b. Exército.....	10
(1) Messe de Oficiais de Lisboa (MOL).....	11
(2) Messe de Oficiais de Pedrouços (MOP)	11
(3) Messe de Oficiais do Porto (MOP).....	11
(4) Messe de Oficiais de Évora (MOE)	12
(5) Messe de Oficiais de Caxias (MOC)	12
(6) Messe de Sargentos de Évora (MSE).....	12
(7) Messe de Sargentos do Porto (MSP)	13
(8) Messe de Sargentos de Lisboa (MSL)	13
(9) Messe Militar de Lagos (MML)	13
c. Força Aérea Portuguesa (FAP).....	13
(1) Messe de Monsanto.....	14
(2) Messe de Oficiais do Complexo Militar de Sintra.....	15
d. Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA).....	16
(1) Centro de Apoio Social de Oeiras (CASO).....	16
(2) Centro de Apoio Social do Porto (CASP).....	18
(3) Centro de Apoio Social de Runa (CASR)	19
(4) Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA).....	21
(5) Centro de Apoio Social de Lisboa (CASL)	22
(6) Centro de Apoio Social do Alfeite (CASA).....	23
3. Análise dos dados recolhidos.....	25
a. Desequilíbrio na prestação de serviços	25
b. Desequilíbrio na distribuição da oferta	26
Conclusões	29
Bibliografia	33

Resumo

Com o presente trabalho de investigação individual pretende-se efectuar um levantamento para dar a conhecer a importância das infra-estruturas de carácter social em particular as existentes nas Forças Armadas, e a sua importância para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida material, moral e mental da família militar.

Foi feita uma perspectiva histórica da evolução e princípios orientadores do apoio social ao longo dos tempos, com referências aos vários pensadores e organismos que deram o seu contributo para a melhoria do apoio social prestado aos cidadãos. Como impulsionadora, e estando na génese da criação das messes militares, foi igualmente abordado a evolução histórica da Manutenção Militar.

Para um melhor conhecimento das estruturas ao nível de messes militares existentes na Marinha, Exército, Força Aérea e IASFA e o apoio que estes Ramos das Forças Armadas prestam aos seus militares foi efectuada uma descrição dos serviços prestados pelas já referidas messes.

Por fim, para aumentar a eficácia e para um melhor aproveitamento dos recursos existentes no apoio social prestado aos militares por estas estruturas, foi recomendado a criação de um órgão na dependência directa do Ministério da Defesa que tivesse a responsabilidade de toda a gestão dos organismos de carácter social existentes nas Forças Armadas.

Abstract

It's the intent of this individual investigation to show the effective importance of the social main structure existing in the armed forces and its dids to the social, moral and mental welfare of all military family.

A perspective historical evolution was made and its social principles throughout the years, with reference to some ideological beginners and institutions that gave its support to the social care to all citizens. The genesis was a creation of the military mess halls and it was also studied its historical evolution in the military main structure.

For a better knowledge of all levels in the military mess halls structure existing in the Navy, Army, Air Force and IASFA and its support to all armed forces and its personnel it was made a study of all services given in those messes.

At the end, to increase the effectiveness and better years of all existing resources in social support given to all military personnel by this structures was recommended the implementation of a service/agency hierarically dependent from the Ministry of Defense which could have the primary responsibility in management of all social support existing in the Armed forces.

Palavras-chave

CARÁCTER EMINENTEMENTE SOCIAL, MESSES MILITARES, APOIO SOCIAL, FAMÍLIA MILITAR, INFRA-ESTRUTURAS, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, FESTAS FAMILIARES, CASAMENTOS E BAPTIZADOS.

Lista de Abreviaturas

AFA	- Academia da Força Aérea
BA1	- Base Aérea nº.1
CASA	- Centro de Apoio Social do Alfeite
CASL	- Centro de Apoio Social de Lisboa
CASO	- Centro de Apoio social de Oeiras
CASP	- Centro de Apoio Social do Porto
CASR	- Centro de Apoio Social de Runa
CEMA	- Chefe do Estado Maior da Armada
CEREPOSA	- Centro de Repouso de Porto Santo
COSFA	- Complexo Social das Forças Armadas
FAA	- Forças Armadas
FAP	- Força Aérea Portuguesa
FND	- Forças Nacionais Destacadas
GAEMFA	- Grupo de Apoio do Estado Maior da Força Aérea
IASFA	- Instituto de Acção Social das Forças Armadas
LAFOS	- Lar Académico dos Filhos de Oficiais e Sargentos
LAM	- Lar Académico Militar
MC	- Messe de Cascais
MDN	- Ministério da Defesa Nacional
MML	- Messe Militar de Lagos
MOC	- Messe de Oficiais de Caxias
MOE	- Messe de Oficiais de Évora
MOL	- Messe de Oficiais da Lisboa
MOP	- Messe de Oficiais de Pedrouços
MSE	- Messe de Sargentos de Évora
MSL	- Messe de Sargentos de Lisboa
MSP	- Messe de Sargentos do Porto
SSFA	- Serviços Sociais das Forças Armadas
VCEMFA	- Vice-Chefe do Estado Maior da Força Aérea

Introdução

O tema que se pretende desenvolver no presente trabalho de investigação individual relaciona-se com a questão das políticas sociais, mais concretamente com aquelas que se referem à instituição militar as quais, de uma forma geral, preconizam a garantia de uma melhoria do bem-estar social aos seus quadros. Com efeito, podemos afirmar que a secularidade das medidas de carácter social pretendem dar aos militares e seus familiares uma melhoria da sua qualidade de vida, como forma de lhes atenuar o desgaste provocado pela condição de ser militar. Na verdade de acordo com o Estatuto da Condição Militar é exigido aos militares uma permanente disponibilidade para o serviço e a obrigatoriedade de desempenharem missões em qualquer parte do globo nos mais diversos teatros de operações. É também exclusivo dos militares jurarem defender a Pátria mesmo com o sacrifício da própria vida.

As medidas de carácter social traduzidas em bem-estar, não são exclusivas da instituição militar, pois desde há muito tempo que organizações do sector privado e público conferem a esta temática uma importância especial. Efectivamente, as organizações partem do pressuposto de que a satisfação dos seus trabalhadores implica directamente com a sua motivação, e consequentemente, um aumento de produtividade e uma maior eficácia na persecução dos objectivos que pretendem alcançar.

Neste campo, a criação de actividades e a construção de estruturas com preocupações sociais têm um cariz muito diversificado, de que se realçam as de carácter cultural, desportivo e as destinadas ao gozo de férias e ocupação de tempos livres em períodos de lazer. Salientam-se ainda as que se destinam à realização de eventos de cunho social como fornecimento de refeições e a realização de festas familiares, como os casamentos e baptizados.

Estas iniciativas têm vindo a multiplicar-se em Portugal nos tempos actuais, onde em concreto as organizações têm vindo a incentivar as actividades de apoio aos filhos dos seus funcionários com a criação de creches, jardins-de-infância, programas destinados à realização de acções para ocupação de tempos livres e estruturas de apoio à terceira idade.

Tais acções não são meramente circunstanciais, pois desde meados do século XIX que se institucionalizaram com maior ou menor acuidade. Do ponto de vista histórico, o

fenómeno da protecção social desenvolveu-se com a mudança das mentalidades, e com o surgimento de novas exigências na área da segurança social como resultado do aprofundamento do fenómeno democrático, da abertura das sociedades e do desenvolvimento científico.

Justificação

A opção pelo tema e a oportunidade de investigação resultante da escolha, são apoiados, pelas considerações de âmbito social que as Forças Armadas em geral e a Força Aérea em particular têm demonstrado ao longo do seu percurso histórico, nomeadamente, do ponto de vista da garantia, promoção e desenvolvimento do bem-estar social dos seus militares e das suas famílias.

Delimitação do estudo

O nosso estudo pretende em face do que já foi referido, averiguar a importância que o apoio social prestado pelas Messes Militares tem para o acréscimo de bem-estar social dos Oficiais e Sargentos dos três ramos das Forças Armadas e das suas famílias.

No entanto, este trabalho vai analisar não o serviço prestado pelas messes em geral, mas sim o seu contributo no âmbito estritamente social zelando assim pelo bem-estar social, moral e mental do seu pessoal.

Para tanto, iniciámos um percurso histórico para enquadrar a temática e encontrar a génese da intervenção social prestada nas Messes Militares e o tipo de apoio que prestam. Cumulativamente procurar-se-á analisar as capacidades e serviços oferecidos para determinar a importância de que tal apoio se reveste.

Objectivos da investigação

a. Objectivo geral

Neste estudo, integrado no Trabalho de Investigação Individual (TII), «As Messes na Força Aérea Portuguesa – Aspectos de Carácter Eminentemente Social», pretende-se efectuar um levantamento que permita efectuar uma investigação do apoio prestado pelas Messes Militares no âmbito da acção social, bem como o grau de satisfação atingido por todos o que a ele recorrem. Dada a acção desenvolvida do ponto de vista profissional desde à muitos anos na Força Aérea enquanto gerentes de messes, entendemos necessário um estudo com esta amplitude para perspectivar-

mos com que ênfase e de que modo era sentido o apoio prestado pelas Messes Militares no âmbito social.

b. Objectivos específicos

Os objectivos específicos a alcançar têm pois que ver com as implicações sociais do apoio prestado pelas Messes Militares para a melhoria da qualidade de vida e promoção do bem-estar social dos membros da família militar e de que forma esse apoio se consubstancia. Esta é a temática central que resulta da nossa pergunta de partida e que tem como objectivo fundamental perceber a dimensão da política social no contexto das Forças Armadas e em concreto nas suas Messes Militares. Para tanto, recorreremos na fase da exploração a métodos e técnicas com recurso a análise da leitura a várias publicações, entrevistas qualificadas e recolha de informação prestada pelos responsáveis directos da gestão destas infra-estruturas que nos permitiram, nomeadamente:

- Perceber o enquadramento e a evolução do apoio prestado pelas messes do ponto de vista social;
- Avaliar a diferença entre aquilo que se passa nas instituições dos três Ramos das Forças Armadas e destrinçar, se possível, a diferença em termos qualitativos e quantitativos face ao apoio prestado em termos sociais;
- Analisar o sistema militar no que se refere à sua capacidade de promover o bem-estar social dos seus membros.

Questões de investigação

O fundamento consagrado pelos diversos Ramos das Forças Armadas com o intuito de proporcionar aos seus elementos militares e respectivas famílias, condições de bem estar social conduziu à criação das suas próprias estruturas de carácter social, surgindo assim os apoios existentes nas Forças Armadas. No entanto, este trabalho vai limitar-se a efectuar uma investigação ao serviço prestado pelas Messes Militares no âmbito estritamente social, zelando assim pelo bem-estar moral e mental do seu pessoal. Partindo deste princípio foi desenhada a questão central de investigação que orienta este trabalho: **«O actual modelo de apoio social prestado pelas messes aos militares das Forças Armadas responde às necessidades actuais?»**

Derivado dos inúmeros factores que influenciam as actividades relacionadas com o apoio social, foram definidas as seguintes hipóteses

- **A capacidade de resposta dada às solicitações (oferta) corresponde à procura?**
- **Os serviços prestados correspondem aos padrões de qualidade actualmente exigidos?**

Organização e contributo do trabalho

No que respeita à organização do presente trabalho, pareceu-nos bem articulá-lo numa sequência lógica que permita responder à questão central. Nesta perspectiva o trabalho é composto por três capítulos. A questão central é abordada através de uma breve análise introdutória e pela delimitação do contexto em que o estudo se desenvolve.

No primeiro capítulo, que consideramos extremamente importante para a leitura e contextualização deste trabalho, propomo-nos efectuar uma perspectiva histórica, evolução e princípios orientadores do apoio social bem como a evolução histórica da Manutenção Militar como estando na génese do aparecimento das Messe Militares.

No segundo capítulo, far-se-á, em função da pesquisa efectuada e dos dados recolhidos durante o desenvolvimento deste trabalho, a caracterização das estruturas sociais existentes nas Forças Armadas e os vários tipos de apoio prestado à família militar.

No terceiro capítulo, far-se-á a análise das informações recolhidas numa perspectiva qualitativa da prestação de serviços de apoio social. Será igualmente feita a discussão das hipóteses levantadas e dada resposta à questão de partida que orienta este trabalho de investigação.

1. **Perspectiva histórica, evolução e princípios orientadores do Apoio Social**

A complexificação da sociedade, com os seus riscos próprios, inerentes ao desenvolvimento, impôs de certa forma a intervenção do Estado. É o advento do que em meados do século XX, se designaria por Estado Providência, associado ao aprofundamento dos direitos sociais e da intervenção do Estado neste domínio, através de uma componente integrada e como desenvolvimento das suas funções.

Do ponto de vista histórico, o Estado Providência, ainda que radicado a sua génese, nas questões sociais do século XIX, na implementação do seguro social obrigatório por Bismarck¹, na Encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII de 1892 e na Constituição da República de Weimar de 1922², tem um desenvolvimento efectivo mais recente. Pode dizer-se que é com Jonh Maynard Keynes³ e a sua “*teoria do juro, do emprego e da moeda*”¹ de 1932, que é sistematizada a necessidade da intervenção do Estado do ponto de vista das políticas públicas, da promoção do pleno emprego e da garantia do bem-estar social e, que é com Lord W. Beveridge⁴ e o plano com o seu nome que se institui em definitivo o modelo de Estado Providência.

Ora, é este modelo de Estado que com o aprofundamento do Estado Social e dos inerentes direitos sociais, que impõem a necessidade da sua intervenção no mercado e por consequência, pretenderá satisfazer as condições de bem-estar social dos seus cidadãos.

A universalidade das prestações sociais é assim uma das características mais importantes dos anos que se seguem à II Guerra Mundial e que visam de um modo geral garantir a equidade e a justiça social, através de mecanismos de redistribuição do rendimento e da riqueza (salários mínimos, subsídios de desemprego, assistência social e outros subsídios de natureza assistencial ou correctivos de desigualdades sociais).

Os modelos que se desenvolvem na Europa do pós guerra e nos trinta anos que se lhe seguem, ainda que diversificados, pretendem no essencial, convergir no sentido da promoção do bem-estar social dos seus cidadãos.

¹ Chancellor do reino da Prússia

² Após a derrota da monarquia alemã na frente externa e o conseqüente desgaste interno, diferentes forças sociais protagonizaram uma revolta que culminou com a proclamação da "República de Weimar". Desta maneira gesta-se na humilhada e derrotada Alemanha do pós-guerra um sistema parlamentar e democrático que, em teoria, acabará com as velhas ideias do Império. Nasceu a "*República de Weimar*".

³ Economista Inglês (1883–1946)

⁴ Economista e sociólogo Inglês (1879 –1963)

No entanto, a década de 70, vem impor um retrocesso no desenvolvimento das concepções sociais do Estado no âmbito da sua intervenção do ponto de vista social.

Efectivamente, a crise petrolífera que se inicia em 1973, traduziu-se num aumento vertiginoso do desemprego e da inflação e numa recessão económica, de que resultou uma profunda crise fiscal dos Estados. Tal crise, impõe por seu lado, também um desequilíbrio ao nível da capacidade de intervenção social do Estado obrigando à procura de soluções alternativas para o financiamento da sua intervenção social.

As alternativas acabariam por ser encontradas no incentivo do dinamismo da sociedade civil e da sua capacidade para gerar organizações mobilizadoras da intervenção ou socorrendo-se das existentes para aumentar o seu grau de intervenção.

No que diz respeito a Portugal e ao seu modelo de Estado Providência, ainda que em parte próximo dos restantes modelos, tem pelo menos um aparecimento bastante mais tardio, iniciando-se a seguir à Revolução de 1974. O modelo da Europa do Sul em que tradicionalmente os autores o colocam, caracteriza-se por uma menor capacidade do Estado na intervenção social e por virtude disso um menor aprofundamento do ponto de vista dos direitos sociais (Silva, 2007:33).

Com efeito, a intervenção social, desenvolvida nas Forças Armadas, coaduna-se com as características determinantes dos modelos de Estado Social cujo preceituado é consagrado constitucionalmente.

O apoio social é um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa (artº.63º), que no seu nº.1 diz-nos “*Todos têm direito à segurança social*” e o nº. 5 refere que “*O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a actividade e funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objectivos de solidariedade social...*”.

Importa ainda salientar que já no decorrer do presente ano lectivo foi aprovada a Lei nº.4/2007, de 16 de Janeiro “*Aprova as bases gerais do sistema de segurança social*”, regulando assim, o sistema de segurança social.

Desde logo temos um princípio que é estruturante de todo o sistema o “*princípio do primado da responsabilidade pública*”⁵, que consiste no dever do Estado criar

⁵ Artº 14 da Lei 4/2007, de 16 de Janeiro.

condições acessórias à efectivação do direito ao bem-estar social. Contudo, convém enunciar o “*princípio da complementaridade que consiste na articulação das várias formas de protecção social públicas, sociais, cooperativas, mutualistas e privadas com o objectivo de melhorara cobertura das situações abrangidas e promover a partilha das responsabilidades dos diferentes patamares da protecção social*”⁶.

O princípio da complementaridade, sustenta assim que para além do Estado podem existir outras entidades complementares (subsidiárias) para ajudar na promoção do bem-estar social dos cidadãos.

É assim que as organizações sem fins lucrativos e os organismos de carácter social, assumem um valor importante para a sociedade onde se inserem, o que no respeitante à Instituição Militar ganha maior acuidade, dada a especificidade das missões a desempenhar e da permanente disponibilidade para o serviço a que os militares estão sujeitos.

a. Evolução histórica da Manutenção Militar

Por decreto de 01 de Julho de 1772, é cometida ao Estado a incumbência da alimentação militar, nos corpos do Exército, o que obriga à organização de uma estrutura com tal missão. E, no seu desenvolvimento, é em 1811 criado o Comissariado de víveres.

O crescimento das funções do Estado, e conseqüentemente a atribuição de novas missões ao Exército conduziu, por determinação do então Ministro da Guerra Marquês de Sá da Bandeira, à experiência do fabrico e fornecimento de pão ao Exército por administração directa do Estado.

No ano seguinte, no dia 23 de Fevereiro, sedimentando aquela experiência é no local hoje conhecido pela Rocha do Conde de Óbidos inaugurada a Padaria Militar.

É no mesmo contexto de complexidade das missões do Exército e das necessidades de apoio que em 1897 é aprovado o Plano de Organização da Manutenção Militar, em conformidade com o disposto no Artº 4º da Carta de Lei de 19 de Julho de 1888, com sede em Lisboa no extinto Convento das Agostinhas.

⁶ Artº 15 da Lei 4/2007, de 16 de Janeiro.

Entre os anos de 1899 e 1910, são então desenvolvidas um conjunto de iniciativas, todas no sentido do aprofundamento da missão da Manutenção Militar. Assim, salientam-se as seguintes:

No ano de 1899, e por via da reorganização da Manutenção Militar pela Lei de 14 de Junho é criada a sua sucursal de Coimbra. Em 1907, é publicado o primeiro Regulamento da Manutenção Militar e inaugurada a Fábrica da Moagem Completa, a Fábrica da Panificação mecânica e a Fábrica das Massas mecânica, bem como a instalação definitiva do Laboratório.

Entre 1911 e 1937 é o culminar de um longo percurso no qual se desenvolvem e completam as estruturas industriais e oficinais, sendo também neste período que entram em laboração as sucursais de Coimbra, Porto, Bragança, Elvas, Tavira, Viana do Castelo, Chaves, Régua, Viseu, Guarda e Entroncamento.

O ano de 1922 marca o ano em que a Manutenção Militar participa na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, enquanto em 1925 é inaugurada a Messe de Oficiais de Lisboa, que foi a primeira Messe da Manutenção Militar.

Em 1937 são criadas as delegações de Beja, Estremoz e Aljustrel e inaugurada a Messe de Oficiais de Caxias.

De 1937 a 1950, face à conjuntura da Segunda Guerra Mundial e à degradação das condições económicas, não se verificam grandes alterações do ponto de vista das instalações, mas o mesmo não se pode dizer acerca da amplitude da missão.

Efectivamente, em 1943, é cometida à Manutenção Militar a tarefa de alimentação das tropas empenhadas em manobras militares, alargada em 1945 às tropas das Ilhas e Ultramar. Como acontecimento de maior importância no Campo Social destaca-se em 1947 o início, na Sede, de aulas das Escolas Primária e Profissional.

Com o eclodir da guerra colonial a partir dos anos sessenta, foi a Manutenção Militar confrontada com um acréscimo substantivo das suas funções e das suas ramificações de que se destacam:

A criação e exploração de novos órgãos de apoio às forças militares e militarizadas e à família militar como os chamados supermercados, e a criação das sucursais e delegações de Luanda, Nova Lisboa, Lourenço Marques, Beira e Nampula / Nacala, Guiné (Bissau),

do Luso e Luanda, Timor, Nova Lisboa, imprimindo assim uma nova dinâmica à Manutenção Militar

Com o fim da guerra e a Revolução de 25 de Abril de 1974, pretendeu-se redimensionar o estabelecimento à realidade do momento, que apontava para uma larga implantação comercial e industrial ampliando e modernizando o parque industrial existente.

A partir de 1994, dá-se início ao apoio logístico às Forças Nacionais Destacadas (FND) em países estrangeiros, em missões de paz.

Do ponto de vista do papel social da Manutenção Militar, salienta-se a existência na sua dependência das messes de Oficiais e de Sargentos, ainda que com predominância das primeiras. Neste aspecto é importante analisar cada uma das suas messes para se perceber o contributo do ponto de vista social com que cada uma tem ao longo dos tempos contribuído.

2. Estruturas de apoio social nas Forças Armadas

Os diversos Ramos das Forças Armadas com o intuito de proporcionar aos seus elementos e respectivas famílias condições de bem-estar social criaram as suas próprias estruturas de carácter social, surgiram assim as várias estruturas de apoio existentes nas Forças Armadas.

Com efeito, a intervenção social, desenvolvida nas Forças Armadas, coaduna-se com as características determinantes dos modelos de Estado Social cujo preceituado é consagrado constitucionalmente, com já foi referido no primeiro capítulo. Para melhor se compreender a estrutura existente actualmente nas Forças Armadas em termos de apoio social, iremos, seguidamente, desenvolver uma análise ao seu modelo de funcionamento:

a. Armada

A Armada Portuguesa dispõe de uma Messe de Oficiais no antigo forte de Santa Catarina, actualmente designado por Palacete Seixas. De acordo com o regulamento de utilização aprovado por despacho do CEMA nº. 46/03, de 03Jul a *“Messe de Cascais (MC) destina-se a desenvolver actividades de representação da Marinha e, no âmbito social, a prestar apoio a oficiais, aspirantes e cadetes*

da Marinha e dos restantes ramos das Forças Armadas e respectivos familiares, bem como a outras entidades nos termos fixados neste regulamento. O director da MC é um capitão-de-fragata ou capitão tenente da classe de Administração Naval directamente subordinado ao chefe do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada dispendo de um ajunto que é oficial subalterno, preferencialmente com formação hoteleira”. As instalações na Capitania do Porto de Cascais destinam-se essencialmente ao serviço de refeições e de bar. Os restantes serviços de carácter social, tais como casamentos, baptizados e outro tipo de eventos, são realizados no Farol e Ermida da Guia que se apresenta como uma extensão do referido palacete.

De acordo com a informação prestada pela gerente da referida Messe, o índice de satisfação dos utentes deste serviço é elevado pela qualidade do mesmo, pela contribuição para o bem – estar de todos e pelo elevado «espírito de corpo» que se vive nesses encontros. Visto que estes serviços estão acessíveis não só aos militares como às suas respectivas famílias, a Messe torna-se um espaço privilegiado e humanizado onde o convívio e as relações interpessoais são a tônica principal.

Em consequência deste saudável ambiente, os utilizadores deste espaço vêem-no como uma escolha prioritária que lhes oferece qualidade, segurança e confiança. Aqui, as relações transcendem o patamar profissional para laços afectivos de amizade que se vão construído e solidificando nesta troca de vivências em momentos tão especiais.

b. Exército

Neste ramo das Forças Armadas as estruturas de apoio no âmbito das Messes Militares estão implementadas em quase todo o território Nacional e estão na dependência do Director da Manutenção Militar através do Gabinete Coordenador de Apoio às Messes. Quanto ao tipo de utilizadores existem messes para Oficiais para Sargentos e messes comuns às duas classes.

Também do ponto de vista histórico, a organização de apoio social no Exército tem uma grande antiguidade, como fica evidente a seguir:

(1) Messe de Oficiais de Lisboa (MOL)

Em primeiro lugar surge a Messe de Oficiais de Lisboa, cuja sede é o Palácio de Barbacena, que remonta aos finais do segundo quartel do Séc XVIII e cuja traça se deve ao arquitecto Manuel da Costa Negreiros.

Foi mandado levantar por Luís Xavier Furtado de Mendonça, 4º Visconde de Barbacena, em cujos descendentes permaneceu até à extinção da família com o 7º visconde Francisco Furtado de Castro Rio Mendonça e Faro, falecido em 1854.

Em 1864 foi a leilão, sendo adquirido pelo Patriarcado com destino a residência dos prelados de Lisboa, ficando desde então conhecido por Palácio da Mitra. Poucos anos esteve na posse do Patriarcado, tendo apenas um dos prelados, D. Manuel Bento Rodrigues, nele residido durante algum tempo.

No final do Séc XIX foi adquirido pelo Ministério da Guerra, tendo servido como Hospital Militar de Emergência.

Em 1925, foi nele instalada a primeira Messe de Oficiais do Exército, a cargo da Manutenção Militar, sendo na altura Director o Tenente-coronel de Administração Militar, Linhares de Lima.

(2) Messe de Oficiais de Pedrouços (MOP)

A Messe de Oficiais de Pedrouços localiza-se no interior das instalações do Edifício de Instituto de Estudos Superiores Militares tendo como missão prioritária o apoio, em alimentação e alojamento, ao funcionamento dos cursos ministrados neste Instituto.

A gestão da sua capacidade sobranete permite-lhe ainda o apoio à Família Militar.

(3) Messe de Oficiais do Porto (MOP)

A Messe de Oficiais do Porto está localizada na Praça da Batalha e destina-se a fornecer alojamento temporário e alimentação aos Oficiais e familiares.

(4) Messe de Oficiais de Évora (MOE)

Situada no centro histórico da Cidade de Évora, e usufruindo das instalações do antigo Convento da Graça, a Messe de Oficiais de Évora é um espaço em que a história e as modernas condições de vida vivem em sintonia.

Dentro dos serviços prestados, salientam-se os serviços de Banquetes (casamentos, baptizados, reuniões, etc.)

(5) Messe de Oficiais de Caxias (MOC)

Localizada na Linha do Estoril, numa zona privilegiada bem junto ao Tejo, ergue-se a MOC, constituída por dois edifícios, o Principal e o Anexo, separados fisicamente pela distância de 500 metros.

A sua missão principal é o apoio à Messe de Oficiais de Pedrouços em alimentação e alojamento, durante a realização de Cursos e Estágios no Instituto de Estudos Superiores Militares, prestando ainda serviços na área do alojamento, alimentação e serviços especiais aos três ramos das Forças Armadas, com prioridade ao Exército, bem como alojamento a estudantes filhos de Oficiais e viúvas de Oficiais.

O maior potencial da MOC é a excelência do seu serviço de alimentação. O facto de possuir uma equipa de profissionais de reconhecido valor e uma ampla e apreciável sala proporciona refeições e momentos ímpares de reunião e convívio.

Outro dos pontos fortes da MOC é também o seu serviço de banquetes.

(6) Messe de Sargentos de Évora (MSE)

Situada no centro histórico da Cidade de Évora, é a MSE um local privilegiado de acesso a toda a história e cultura que esta cidade respira já que é Património Mundial.

De entre os serviços prestados, salientam-se os serviços de Banquetes (casamentos, baptizados, reuniões, etc.).

(7) Messe de Sargentos do Porto (MSP)

A MSP está localizada na zona das Antas e destina-se a fornecer alojamento temporário e alimentação aos Sargentos e familiares.

(8) Messe de Sargentos de Lisboa (MSL)

Edifício localizado em zona central da cidade de Lisboa com excelentes acessos e apoio em termos de transportes públicos (Metropolitano - Marquês de Pombal, CP - Rossio e Santa Apolónia).

Fornece alojamento e alimentação aos Sargentos e suas famílias. Apoia igualmente os filhos da classe de Sargentos que por necessidades académicas se encontram e estudar na cidade de Lisboa.

(9) Messe Militar de Lagos (MML)

A Messe Militar de Lagos dispõe de instalações, fundamentalmente destinadas a lazer e recreio, nas cidades de Lagos e Tavira.

Em Lagos tem disponíveis Alojamentos e Parque de Campismo destinados a Oficiais, Sargentos e respectivo Agregado Familiar.

Em Tavira tem disponíveis Alojamentos destinados a Oficiais, Sargentos e seu Agregado Familiar bem como detém a responsabilidade de gestão do Centro Militar de Férias de Tavira destinado a Praças e respectivo Agregado Familiar.

c. Força Aérea Portuguesa (FAP)

A FAP no que diz respeito ao apoio social ao nível de Messes e dada a sua existência como ramo independente relativamente jovem, não possui um historial pelo menos próximo do apresentado pelas infra-estruturas de apoio social do Exército. Todavia, não deixa de ter dado neste aspecto, uma forte contribuição para a melhoria do bem-estar social dos Oficiais e Sargentos deste Ramo das Forças Armadas.

Uma das infra-estruturas que mais tem contribuído para esse apoio é sem dúvida a Messe de Monsanto.

(1) Messe de Monsanto

Esta Messe está localizada em plena serra de Monsanto – Lisboa e nas imediações do Comando de Operacional da Força Aérea. Está na dependência do TGeneral Vice-Chefe do Estado Maior da Força Aérea (VCEMFA) através do Comando directo do Comandante do Grupo de Apoio do Estado Maior da Força Aérea (GAEMFA).

De acordo com o despacho do TGeneral VCEMFA de 02 de Dezembro de 2003 que aprova o seu regulamento esta estrutura é constituída por quatro sectores A, B, C e D. No entanto neste trabalho só iremos mencionar os serviços prestados nos Sectores A e B.

O “Sector A” presta serviço de carácter reconhecidamente oficial, mediante solicitações das seguintes entidades:

- Oficiais Gerais da Força Aérea Portuguesa;
- Oficiais Gerais de outros Ramos das Forças Armadas e Entidades de Órgãos do Ministério da Defesa Nacional equiparados a Director-Geral ou superior;
- Outras Entidades do Estado equiparadas a Director-Geral ou superior.

A autorização para a realização dos serviços, de carácter oficial, solicitados pelas entidades supracitadas deve ser requerida ao Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o qual comunicará o deferimento ao Comandante do Grupo de Apoio do Estado-Maior da Força Aérea.

O “Sector B” fornece serviços de carácter oficial, de âmbito militar ou civil e de carácter privado de âmbito militar ou civil para as seguintes entidades:

- Oficiais da Força Aérea;
- Oficiais de outros Ramos das Forças Armadas;
- Viúvas de Oficiais das Forças Armadas, enquanto mantiverem o estado civil;
- Órfãos de Oficiais das Forças Armadas, enquanto beneficiários de um dos subsistemas de saúde militares

- Adidos Militares em serviço no País;
- Oficiais de estruturas NATO sedeadas em Portugal.

A realização de eventos de carácter privado de âmbito civil apenas contempla aniversários, casamentos e baptizados do cônjuge e parentes até ao segundo grau da linha recta do titular do direito, excepto em caso de falecimento deste, por motivos que não sejam considerados em serviço, em que apenas se aplica ao cônjuge e parentes até ao primeiro grau da linha recta do titular do direito, desde que beneficiários de um dos subsistemas de saúde militar;

O funcionamento deste sector para acontecimentos de carácter privado depende da existência de reservas para um número mínimo de 20 pessoas e no máximo a capacidade da messe que é de 250 utentes.

(2) Messe de Oficiais do Complexo Militar de Sintra

Esta estrutura compreende as instalações tradicionalmente designadas por “palácio”, integrando dois pisos e duas salas. Destina-se como missão primária ao fornecimento de alimentação aos Oficiais da Base Aérea nº. 1 (BA1) e quando necessário aos Oficiais e alunos da Academia da Força Aérea (AFA).

Para além das refeições normais a Messe de Oficiais da BA1 pode igualmente assegurar o fornecimento de serviços especiais de natureza institucional da Força Aérea e outros de carácter não oficial e que estão normalmente associados a actividades de carácter festivo ou acontecimentos de âmbito social da família militar, sendo os mais relevantes os casamentos e os baptizados. Também pode realizar outro tipo de serviços, de menor amplitude (festas de aniversário, etc) dentro da capacidade operacional da Secção de Subsistências.

O fornecimento de serviços especiais, de carácter não oficial, pode ser efectuado aos seguintes grupos de utilizadores:

- Oficiais da Força Aérea e seus familiares;
- Oficiais de outros Ramos das Forças Armadas;

- Oficiais de GNR e PSP;
- Adidos Militares em serviço no País;
- Oficiais de estruturas NATO sediados em Portugal;
- Civis de Força Aérea equiparados a oficial.

d. Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA)

Nem só as messes, no entanto, prestam apoio social à família militar. No seio das Forças Armadas existe um outro conjunto de instituições que também têm essa missão e que procuram assim desenvolver acções no campo da intervenção e da acção social. Está nesta situação o IASFA, integrado no Ministério da Defesa Nacional (MDN).

Este instituto veio substituir desde 1995 os Serviços Sociais das Forças Armadas e tem como objectivo a promoção de acções de bem-estar social para os seus utentes. Este instituto tem em conta os problemas e carências dos beneficiários num leque alargado de serviços que contempla desde o Apoio Sócio-Educativo aos filhos dos Militares, Residenciais de Universitários, Alojamentos Temporários, Serviços de Alimentação, Centros de Férias e de Repouso, Residenciais de Idosos e Apoio à Terceira Idade.

Com estes serviços, o IASFA está empenhado numa missão de apoio social à família militar apoiando os beneficiários mais carenciados, fazendo um trabalho personalizado que vai ao encontro dos interesses individuais de cada um.

Estas acções desenvolvidas, visando sempre a vertente social e de bem-estar, constituem uma mais valia para esta família militar, já que lhes é proporcionado um clima de confiança e segurança ao longo da sua carreira. Em termos de Messes Residenciais o IASFA dispõe das seguintes estruturas:

(1) Centro de Apoio Social de Oeiras (CASO)

O Centro de Apoio Social de Oeiras foi a designação atribuída em 1995, na sequência da criação do IASFA, ao Complexo Social das Forças Armadas (COSFA) que integrava os extintos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA). A sua história insere-se numa tradição, já com décadas,

de existência de órgãos de apoio social complementar à família militar na área de implantação das suas infra-estruturas.

Extinta que foi, em 1946, a Bateria de Artilharia do Areeiro transitou para as suas instalações a Colónia de Férias para Filhos de Sargentos até aí em Paço d'Arcos. Em terrenos adjacentes veio a ser criada em 1953 a Colónia de Férias para Famílias de Oficiais.

Estas Colónias de Férias vieram mais tarde a ser utilizadas como Lares, um para filhos de Oficiais e outro para filhos de Sargentos.

Em resultado da sua unificação nasceu, em 1960, o Lar Académico de Filhos de Oficiais e Sargentos (LAFOS) destinado a acolher em regime de internato ou de pensionato estudantes de vários graus de ensino e com competência para ministrar os cursos liceal e técnico.

A importância deste Lar, que em 1972 passou a chamar-se Lar Académico Militar (LAM), fica bem expressa pelo número de alunos que chegou em 1971 aos 230.

A década de 80 é marcada pela decisão dos SSFA de criar Complexos Sociais nas áreas de Lisboa, Porto e Coimbra visando apoiar os Beneficiários, e em particular os idosos, nas áreas do alojamento, da saúde, da alimentação e da cultura e recreio. Em 1981, iniciou-se em terrenos do Alto da Medrosa, próximos do LAM, a construção de um Centro de Recuperação, apoiado por um Centro Médico. Seguiram-se os edifícios destinados a possibilitar o apoio nos restantes domínios referidos no parágrafo anterior.

Nasceu assim o Complexo Social das Forças Armadas em Oeiras do qual o LAM passou a fazer parte integrante e que, como foi referido no início, tem desde 1995 a designação actual e é, de momento, o único equipamento social de raiz, no âmbito do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, em pleno funcionamento.

O CASO está aberto à população militar e seus familiares e é constituído por um conjunto de instalações destinadas ao apoio essencial

aos mais idosos, incidindo sobretudo nos domínios da saúde, alojamento, alimentação e actividades culturais e recreativas.

Tem a missão fundamental de prestar apoio através de uma acção social complementar aos Beneficiários do IASFA, na modalidade de assistência na velhice. Como complemento da sua missão fundamental presta igualmente apoio à generalidade dos Beneficiários do IASFA, nomeadamente aos residentes nos Concelhos de Cascais e Oeiras, através dos vários equipamentos que o integram.

(2) Centro de Apoio Social do Porto (CASP)

O CASP, designação actual e que decorre do DL n.º 284/95, de 30 de Outubro, tem a sua origem na Delegação do Porto dos extintos Serviços Sociais das Forças Armadas.

Não se conhece, com rigor, a data do início de actividade da Delegação do Porto dos SSFA. Presume-se, de acordo com alguns testemunhos recolhidos, que deverá ter ocorrido em finais da década de sessenta.

Como Delegação do Porto dos SSFA funcionou inicialmente no Quartel-General da ex-Região Militar Norte, posteriormente transferida, em meados de 1973, para o Quartel das Portas do Sol (junto à Praça da Batalha), onde se manteve até 1978, ano da sua transferência para o Prédio Militar da Avenida da França.

Desde 24 de Abril de 2002, ocupa as instalações do antigo Quartel do Bom Pastor, Arca d'Água, Porto.

Desde a sua origem e até ao presente houve factos que pela sua importância merecem destaque:

Em 14 de Maio de 1978, em reunião de Conselho de Chefes de Estado Maior, a decisão da construção do complexo Social do Porto, a par dos de Oeiras e Coimbra, a que se seguiram a aquisição de terreno (Senhora da Hora / Viso, em frente à actual Escola Prática de Transmissões), lançamento de estudos, projectos de construção e de

financiamento. Tal projecto, por falta de financiamento, acabou por ser, Maio de 1983, abandonado.

Em 22 de Julho de 1995, o lançamento da construção do CASP, em cerimónia presidida pelo Ministro da Defesa Nacional.

Áreas de intervenção do CASP:

Distrito do Porto;

Concelhos de Espinho. Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Castelo de Paiva do *Distrito de Aveiro;*

Armamar, Cinfães. Tabuaço, Lamego e S. João da Pesqueira do *Distrito de Viseu.*

Para além de outras valência no âmbito da acção social fornece alimentação e alojamento temporário.

(3) Centro de Apoio Social de Runa (CASR)

É um majestoso edifício setecentista, de traça simples e elegante, da autoria do arquitecto José da Costa e Silva (1747-1819), afecto ao serviço social militar e fica situado em plena Região do Oeste, a cerca de seis km de Torres Vedras.

As obras foram iniciadas em 18 de Junho de 1792, com mais de 300 operários. A inauguração do edifício foi no dia do 81º aniversário da fundadora, Princesa Maria Francisca Benedita, em 25 de Julho de 1827.

Chegaram até nós vários testemunhos desse dia, que dão conta do programa das festas. Depois de uma parte religiosa celebrada com grande solenidade, foi a própria princesa quem serviu a primeira refeição aos 16 veteranos militares que ali deram entrada naquele dia. As palavras que então lhes dirigiu estão gravadas em letras douradas no átrio central do edifício: *“Estimo ter podido concluir o hospital que mandei construir para descansardes dos vossos honrosos trabalhos; em recompensa, só vos peço a paz e o temor a Deus”*

O edifício é um quadrilátero regular, ao estilo da chamada arquitectura toscana, com 99 metros de frente, 61 nos alçados laterais e 13 de altura na fachada. No centro tem uma capela forrada com mármore

extraídos de pedreiras da região e ornada com estátuas de mármore de Carrara. A Princesa reservou uma ala do edifício para sua residência temporária.

Ao longo dos anos todo o conjunto foi sendo valorizado com sucessivas dependências de serviço e de apoio: arruamentos, adegas, arrecadações, garagens, um pequeno cemitério, parque ajardinado... etc.

Foi necessário dotar de rendimentos fixos esta instituição, o que foi devidamente providenciado pela Princesa Maria Francisca Benedita, através do legado, por testamento, de quase todos seus bens. Estes seriam administrados por um Conselho Administrativo o qual, por vontade da doadora, deveria estar na dependência do Ministério da Guerra.

Mas, alguns anos depois do seu falecimento, com a extinção das comendas e dos dízimos, o Real Hospital de Veteranos passou a defrontar muitas dificuldades de financiamento. Alexandre Herculano, num artigo publicado em 15 de Setembro de 1838 na revista “O Panorama “, denunciou vigorosamente esse facto: “... *dentro em pouco os inválidos que lá existem terão de ir mendigar o pão, que a pátria tem obrigação de lhes dar, havendo eles ganho o direito a recebê-lo com o seu sangue, e com os perigos e fadigas da guerra, que só sabem avaliar aqueles que os têm passado.*”

O encargo deste estabelecimento está actualmente sob a jurisdição do Ministério da Defesa Nacional, através do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Quem visitar o CAS Runa, será muito bem recebido por um corpo de algumas dezenas de funcionários militares e civis que garantem os seguintes serviços:

- **Lar Residencial** – extensivo a viúvas e filhas de militares beneficiárias de pensão de sangue;
- **Centro de Repouso;**
- **Centro de Recuperação;**
- **Alojamento temporário:**

- Apartamentos
- Quartos de casal
- Quartos duplos
- **Serviço de alimentação e zonas de convívio;**
- **Espaço cultural (museu) e parque;**
- **Assistência médica, enfermagem e fisioterapia;**
- **Assistência social;**
- **Assistência religiosa.**

As instalações interiores têm sido constantemente beneficiadas e são muito confortáveis para os residentes.

No exterior foram recentemente construídos uma pequena piscina, alguns apartamentos de alojamento temporário e modernas instalações para casamentos e festas particulares, ao dispor dos Beneficiários, com serviço de mesa fornecido pela Instituição.

(4) Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA)

Este Centro teve a sua criação em 1977 ainda que tenha previamente existido aqui, uma colónia de férias que servia os oficiais e sargentos do CTIM da Madeira, na Ilha do Porto Santo. O edifício era alugado pelos SSFA e era constituído por cinco quartos, casa de banho, cozinha e um barracão que servia de refeitório.

A colónia de férias viu as suas instalações serem ampliadas para as actuais, em 1978, e inauguradas 980 passando também a designar-se CEREPOSA.

Situado no Arquipélago da Madeira, na ilha que lhe dá o nome, o CEREPOSA está vocacionado para proporcionar férias e repouso, fornecendo alimentação e alojamento. Os Beneficiários podem utilizar o CEREPOSA em duas modalidades:

Turnos - grupos que permanecem durante 15 dias. Com chegadas e partidas à 6ª Feira, e que fazem a sua inscrição na Divisão de Equipamentos Sociais / IASFA;

Passantes - Beneficiários que, individualmente, contactam o CEREPSA para permanecerem ou simplesmente tomarem as refeições.

(5) Centro de Apoio Social de Lisboa (CASL)

O CASL foi criado pela Portaria n.º 706 / 2000, de 04 de Setembro, e ocupa os edifícios que constituem o prédio militar n.º 59 na Rua de S. José, n.ºs 22 a 42 em Lisboa.

Os edifícios antes referidos compreendem dois palácios e um jardim classificados como Monumento Nacional:

O Palácio do Conde de Magalhães, que inclui o jardim, data do século XVIII (pertenceu ao Barão de Orta, nobre espanhol cujo brasão em alvenaria decora a parede interior sobranceira à escadaria principal) foi adquirido pelo Ministério da Guerra em 1948 à Marquesa de Santa Cruz dos Manuelles, filha e herdeira do Conde de Magalhães. O edifício é de três pisos e a entrada faz-se pelo n.º 24, porta monumental inscrita em arco de volta inteira e conducente através de rampa abobadada ao pátio rectangular em torno do qual se organiza o edifício.

O Palácio da Ordem Soberana de Malta, cuja cruz ainda hoje ornamenta a fachada principal, foi construído no século XIX e foi também utilizado pelo Governo Militar de Lisboa.

Ambos os Palácios foram utilizados pela Cooperativa Militar até 26 de Outubro de 1998, data em que foram transferidos para o IASFA fazendo parte do património do Ministério da Defesa Nacional.

Apesar do CAS de Lisboa ter sido criado oficialmente apenas em Setembro de 2000, a sua actividade desenvolve-se desde 06 de Janeiro de 1999.

Características dos Serviços:

Enquanto não for activado o Serviço de Alojamento Temporário – cujo objectivo é proporcionar estadia aos Beneficiários que se desloquem a Lisboa, funcionam apenas os Serviços de Restauração e o Centro de Convívio Social, cujo objectivo é:

Fornecer alimentação de almoço aos Beneficiários e trabalhadores da sede no Snack-Bar;

Servir refeições em restaurante de qualidade aos Beneficiários, seus familiares e convidados;

Servir refeições ou banquetes a grupos de Beneficiários em eventos, tais como:

- Aniversários e Comemorações;
- Convívios, Confraternizações, etc.

Valências disponíveis:

- Restaurante e "Snack-Bar";
- Centro de Convívio Social;
- Salas de convívio, jogos e leitura;
- Sala de televisão;
- Biblioteca (não activada).
- Centro de Convívio Social

(6) Centro de Apoio Social do Alfeite (CASA)

O CASA é um órgão de execução do IASFA e está localizado na Base Naval de Lisboa junto ao “Portão Verde”, ocupando cerca de dois hectares de terreno cedido pela Marinha. Foi criado com a designação de Centro Social Médico e Educativo do Alfeite, por iniciativa da Acção Social da Armada (ASA), instituição fundada em 1949 por um grupo de militares da Armada e de funcionários civis da Marinha, para a qual contribuíam, voluntariamente, com as suas quotas mensais e que desenvolveu relevante acção no campo social, numa altura em que as Forças Armadas não dispunham de Serviços Sociais, nem existia a Assistência na Doença aos Militares (ADM).

Em 1959, a ASA é integrada nos SSFA, entretanto constituído e actualmente designados por IASFA, passando o CASA a apoiar os três Ramos das Forças Armadas em Maio de 1957.

O CASA desenvolve um conjunto de actividades de Acção Social junto dos Beneficiários e familiares, das quais se destaca Apoio sócio-educativo a filhos de Beneficiários do IASFA;

Nas instalações do CASA funciona a Escola do Ensino Básico n.º 1 do Alfeite onde é ministrado o 1º ciclo da responsabilidade do Ministério da Educação. Os alunos desta escola são directamente apoiados pelo CASA em material escolar e nas respectivas actividades:

- Educação musical;
- Educação física;
- Festas de Natal;
- Festas de final de ano lectivo;
- Visitas de estudo.

Apoio de Acção Social

Este apoio compreende essencialmente:

- Atendimento a Beneficiários (média anual de 9.000);
- Visitas domiciliárias (média anual de 200);
- Acompanhamento permanente de situações especiais (média anual de 250);
- Estudo de processos (média anual de 3.500).
- Informação sobre situações Socio-económicas (média anual de 1.700);
- Apoio à Creche / Jardim-de-infância;
- Apoio às Actividades de Tempos Livres (ATL), nomeadamente no acompanhamento de situações familiares e interligação Escola-Criança-Família.

Apoio Médico

O Serviço de Apoio Médico desenvolve a sua actividade nas seguintes áreas:

- Saúde Escolar

A equipa de saúde é constituída por um Pediatra, dois Enfermeiros e um Auxiliar de acção Médica, tendo como *população alvo* todas as crianças que frequentam o CASA: Creche (1-3anos), Jardim-de-Infância (3-6 anos), ATL's e Escola do Ensino Básico N.º 1 do Alfeite (6-10 anos). Desenvolve *actividades* como: consultas de admissão ao Centro, vigilância e tratamento às crianças, monitorização / prevenção de parasitoses e colabora com o Centro de Saúde da Cova da Piedade na implementação do programa "Higiene Oral" da Direcção Geral de Saúde.

Alimentação

É fornecida alimentação a todas as crianças que frequentam as ATL's, Creche e Jardim-de-infância (75.000 almoços e igual número de lanches) de 15 de Setembro a 30 de Julho. Durante este período são também fornecidas cerca de 10.000 almoços, ao pessoal militar e civil do CASA. São também fornecidas refeições a Beneficiários Titulares e Familiares.

3. Análise dos dados recolhidos

De acordo com os dados recolhidos, pode constatar-se que a oferta proporcionada pelo actual modelo de acção social das Forças Armadas é bastante variado mas desequilibrado na sua oferta.

Este desequilíbrio observa-se em dois níveis distintos: no primeiro, diz respeito ao tipo de serviços prestados de acordo com a distribuição geográfica e o segundo diz respeito à distribuição destes serviços entre os Ramos e órgãos da Defesa Nacional.

a. Desequilíbrio na prestação de serviços

A actual prestação de serviços de acção social cobre um vasto leque de ofertas: apoio aos filhos de militares, apoio à terceira idade, hotelaria, restauração, organização de banquetes, centro de convívio, etc.

Mas analisando os dados recolhidos pode-se constatar que falta algum equilíbrio nesta oferta. Por exemplo, no CASA (Alfeite) existe uma aposta de elevada qualidade no apoio aos filhos de militares, mas este tipo de oferta não se repete em mais nenhum local do país, quando se afiguraria de elevada importância repetir este bom exemplo por outras zonas, uniformizando este tipo de oferta.

Outro exemplo ilustrativo deste desequilíbrio diz respeito ao apoio à terceira idade que está concentrado em dois locais: em Oeiras (CASO) e em Runa (CASR). Actualmente o apoio à terceira idade é uma das grandes preocupações da nossa sociedade em face do crescente envelhecimento da população, facto ao qual não está imune a família militar. Poder-se-á prever uma crescente necessidade de apoio a este nível que não tem uma estrutura adequada dada a sua concentração em dois locais apenas.

As Messes têm igualmente uma importante função de centro de convívio, funcionando como local de encontro para velhas amigas e como apoio para combater a solidão. Este apoio funciona de forma estática beneficiando apenas aqueles que a elas se podem deslocar.

O serviço de hotelaria e restauração tem preponderância na oferta que se verifica actualmente. Este serviço é muito importante por contribuir para a elevação do moral dos militares e suas famílias e é o único que tem uma distribuição geográfica equilibrada reflectida pela localização das Messes Militares que se encontram implantadas em todo o território Nacional.

b. Desequilíbrio na distribuição da oferta

No ponto anterior foram feitos uns breves comentários à forma como se distribuem os tipos de serviço do modelo de acção social, observando-se algum desequilíbrio tanto nos tipos de oferta como na distribuição geográfica da mesma. Mas mesmo na área da hotelaria, aquela que se pode considerar a oferta mais homogénea, ainda se pode observar mais um desequilíbrio que tem a ver com a distribuição do mesmo entre os Ramos e Órgãos da Defesa Nacional.

No Exército e no IASFA, pode dizer-se que normalmente é possível responder a todas as solicitações, sendo excepção as situações em que se atinge a capacidade máxima disponível durante a qual a procura excede a oferta.

Já no que se refere à Marinha e Força Aérea, a situação é diferente e normalmente a procura excede largamente a oferta, originando situações de insatisfação por esse facto. Com efeito, não é possível assim satisfazer em pleno, o conjunto dos militares que pretendem usufruir do serviço de apoio social prestado.

A primeira hipótese destinava-se a analisar se **“a capacidade de resposta dada às solicitações (oferta) corresponde à procura?”**. Da análise efectuada pode afirmar-se que não. A função social é desequilibrada na sua oferta e na sua distribuição geográfica. Mesmo o serviço de hotelaria denota falta de capacidade para dar resposta às solicitações, particularmente, na Marinha e Força Aérea. Logo, não existe consonância entre a oferta do serviço e a procura do mesmo. Neste caso, duas situações se colocam e que se podem considerar importantes:

- Sendo os serviços prestados de superior qualidade a procura tende a aumentar;
- Os órgãos responsáveis da FAP e da Marinha não conseguem, por outro lado, corresponder à grande procura, o que gera alguma insatisfação naqueles que se vêem assim privados de tal serviço.

Comum a todos, e de acordo com os dados recolhidos junto dos responsáveis pela gestão destas infra-estruturas, o reporte por parte dos utilizadores é no sentido de que os padrões de qualidade oferecidos são bastante elevados. Efectivamente, como temos vindo a afirmar, os serviços prestados sendo de elevada qualidade (segurança alimentar, qualidade do serviço, profissionalismo, personalização e atendimento) e tendo um carácter claramente social, não só, pela sua vocação específica, mas também, pelos presos praticados que se situam claramente abaixo dos verificados em serviços congéneres com fins lucrativos. No essencial estes factos conduzem à constatação que todos os utentes que tem acesso a estes serviços ficam, claramente agradados, pelo que, atribuem normalmente uma boa classificação qualitativa aos serviços prestados por estas messes.

Em face do que fica dito e em reforço destaca-se o preço justo que conduz a uma oferta com uma boa relação custo/benefício facto que está na origem da elevada procura que se observa.

Dos dois parágrafos anteriores também se infere a resposta à segunda hipótese, **“os serviços prestados correspondem aos padrões de qualidade actualmente exigidos?”**, onde se torna evidente a resposta afirmativa.

Uma das razões do desequilíbrio na oferta dos serviços de apoio social, resulta da inexistência de uma gestão centralizada deste tipo de serviços que poderia proceder a uma distribuição equitativa dos mesmos dentro da estrutura da Defesa Nacional.

Como corolário da investigação realizada, e respondendo à pergunta de partida deste trabalho, **“o actual modelo de apoio social prestado pelas messes aos militares das Forças Armadas responde às necessidades actuais?”**, pode afirmar-se que a resposta é negativa. Os padrões de qualidade correspondem às expectativas, mas a capacidade de resposta é insuficiente e desequilibrada, por todas as razões que atrás aduzimos.

Conclusões

O Estado Providência enquanto promotor e garantia da satisfação das necessidades sociais e do bem-estar dos indivíduos, é a realidade que torna possível o desenvolvimento dos direitos sociais. Neste aspecto, o Estado chama a si a realização formal e material, daqueles direitos sociais, como forma de substancializar as suas funções sociais. E, sempre que o não faz por si só, apela a outras entidades públicas ou privadas que o façam supletivamente ou com carácter definitivo, mas sempre com o intuito da promoção da integração social e da motivação individual ou colectiva.

As Forças Armadas, em geral, têm sido uma dessas instituições, que de forma supletiva, umas vezes, outras com carácter duradouro, chama a si, funções de natureza social.

Da análise que fizemos à intervenção das Forças Armadas no plano social nesta nossa investigação, resulta com clareza tal característica, nomeadamente, através das messes de oficiais e sargentos (estas em número muito reduzido face àquelas) e bem assim pela intervenção do Instituto de Acção Social das Forças Armadas e dos seus Centros.

Estas estruturas de apoio social dependentes dos diversos Ramos proporcionam condições de intervenção social concordantes com as características dominantes dos modelos desenvolvidos pelo Estado Social cujo preceituado está consagrado constitucionalmente.

Atentas à necessidade do desenvolvimento das questões sociais e de bem-estar dos seus militares, as chefias da FAP, promoveram a construção no Campo de Tiro de Alcochete de uma messe para a classe de Sargentos e suas famílias, com inauguração prevista para o ano de 2007, para além de dispor de alojamento, irá também assegurar a realização de casamentos, baptizados e outros eventos de carácter festivo, o que reforça os aspectos evidenciados e discutidos em torno da necessidade do aumento da capacidade de oferta e da importância do contributo social prestado a estes militares.

A relevância das messes para o aumento do bem-estar social dos militares e suas famílias, é pois, uma realidade, o que responde em absoluto à pergunta de partida que colocamos para o desenvolvimento da nossa investigação.

A provar tudo o que afirmamos está a própria realidade em que as messes e os centros de apoio social assentam. Com efeito, dada a grande qualidade dos serviços prestados tem como resultado uma elevada satisfação marginal, pelo que a pressão pelo lado da procura é bem evidente. A realidade pois, é a de que tais messes e centros, face ao conjunto dos serviços de âmbito social que proporcionam, para além da confraternização da família militar, também contribui decisivamente para a melhoria do bem-estar social daqueles que as procuram. E mais, não são de modo algum suficientes para responder positivamente à sua procura.

Síntese dos capítulos

No primeiro capítulo foi feita uma pesquisa sobre a história, evolução e princípios orientadores do apoio social, com incidência particular nos factos que contribuíram para a génese do Estado Providência e nos aspectos que moveram a necessidade da intervenção do Estado no desenvolvimento de políticas sociais dirigidas aos cidadãos. Neste capítulo, foi ainda, desenvolvida uma perspectiva da evolução histórica da Manutenção Militar como estando na génese do aparecimento das Messe Militares.

No segundo capítulo, foi feita, a caracterização das estruturas sociais existentes na Marinha, Exército, Força Aérea e Instituto de Acção Social das Forças Armadas e identificado em termos gerais o seu modelo de funcionamento e os vários tipos de apoio prestado à família militar.

No terceiro capítulo, fez-se a análise das informações recolhidas e a discussão das hipóteses levantadas no início do trabalho que permitiram constatar que existe um número limitado de oferta no apoio social ao nível dos serviços de apoio aos filhos dos militares e à terceira idade. Contudo, os padrões de qualidade dos serviços de acção social oferecidos correspondem às expectativas e revelam elevada qualidade. Este facto, conjuntamente, com uma boa relação custo/benefício origina uma elevada procura a que as estruturas existentes não tem capacidade satisfazer.

Como corolário da investigação realizada e tendo como base a resposta à pergunta de partida “**o actual modelo de apoio social prestado pelas messes aos militares das Forças Armadas responde às necessidades actuais?**”, podemos afirmar que a resposta

é negativa, ou seja, os padrões de qualidade correspondem às expectativas, mas a capacidade de resposta é insuficiente e desequilibrada.

Contributo para o conhecimento

A investigação que realizamos sobre a questão da natureza social das messes de oficiais e sargentos nas Forças Armadas, revelou-se de grande utilidade, porquanto permitiu no essencial, o seguinte:

- Avaliar as funções e a natureza das principais messes e centros de apoio cujo intuito, é a prestação de serviços de natureza social;
- Perceber a quantidade e a qualidade dos serviços prestados por tais instituições;
- Entender, em concreto, da finalidade social de tais instituições.

Recomendações

Dando continuidade ao estudo iniciado com este trabalho de investigação, em que analisamos o carácter social das instituições militares designadamente das messes e dos centros de apoio social, importa referir as seguintes recomendações:

- A criação de uma estrutura, sob a dependência do MDN, para a gestão mais eficaz dos centros de apoio social, que hoje se encontram integradas nos três Ramos das Forças Armadas, no sentido da optimização dos recursos;
- A criação e dinamização de um número maior de centros integrados naquela estrutura para fomento da confraternização da família militar;
- O desenvolvimento de doutrina e normas de funcionamento transversais aos três Ramos, por parte do Ministério da Defesa Nacional, procurando optimizar as infra-estruturas existentes;
- Reforçar financeiramente os Ramos, de modo, a que estes possam melhorar e aumentar o número de messes de carácter eminentemente social, proporcionando assim uma maior oferta, com evidentes benefícios para a família militar;
- Dada a importância da existência destes espaços e o contributo que os mesmos têm a nível social e considerando que a classe de sargentos e praças, são parte integrante para o cumprimento da missão, deveriam poder usufruir de um maior número de estruturas semelhantes às existentes para a Classe de Oficiais.

Em conclusão, pretendeu o autor ao elaborar este trabalho, sensibilizar as entidades responsáveis para a importância das estruturas de carácter social existentes, que devem ser mantidas, melhoradas e aumentadas, de modo a que a sua utilização contribua de maneira mais efectiva para o bem-estar da família militar, constituindo-se assim, como um extraordinário contributo para a coesão e espírito de corpo tão necessário para o cumprimento das nobres missões atribuídas às Forças Armadas Portuguesas.

Bibliografia

- Bases Gerais do Sistema de Segurança Social, Lei 4/2007, de 16 de Janeiro, Diário da Republica I Série, nº 11, de 16 de Janeiro
Coimbra: Livraria Almedina, 1ª Ed.
- Constituição da Republica Portuguesa, Diário da Republica, I Série – A , nº 155, 12 Agosto 2005
- Estrutura e Normas de Funcionamento das Estruturas do IASFA (2007) [referência de 05 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em <www.iasfa.pt/>
- Estrutura e Normas de Funcionamento das Messes da Manutenção Militar (2006) [referência de 21 de Dezembro de 2006]. Disponível na Internet em <www.exercito.pt/>
- FRANCO, A. L. Sousa (1988) “ Finanças Públicas e Direito Financeiro”, Vol. II.
- FRANCO, A. L. Sousa (1996) “ Finanças Públicas e Direito Financeiro”, Vol. I.
Coimbra: Livraria Almedina, 4ª Ed.
- HILL, Ricardo, (1980), Metodologia Básica em Serviço Social, Editora Moraes
- Normas de Funcionamento da Messe da Marinha de Cascais (2006) [referência de 30 de Outubro de 2006]. Disponível na Internet em <www.marinha.pt/extra/messe/normas.asp>
- PDIS, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estudo, Vol 5, Lisboa/São Paulo

- Regulamento da Messe de Monsanto (2003)
- Regulamento das Messes do Complexo Militar de Sintra (2006)
- Relatório de Exploração da Messes da Manutenção Militar (2005)
- Silva, P. Adão (2007), Modelo de Welfone da Europa do Sul [referência de 12 de Janeiro de 2007]. Disponível na Internet em < www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/.pdf >

Entrevistas

Tópicos das entrevistas aos:

COR/TPAA – Nelson Rocha (Chefe de Acção Social do IASFA)

TC/TPAA – Rafael Meireles (Comandante do GAEMFA)

TC/ADMIL – António Rodrigues (Sub-Director da Manutenção Militar)

CAP/PA – José Miguéis (Gerente das Messes do Complexo Militar de Sintra)

CAP/TABST – Rui Coroa (Gerente da Messe de Monsanto)